



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BIOLÓGICAS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAROLINA CLEMENS

**O IMPACTO DA AIESEC COMO AGENTE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO**

**JOÃO PESSOA
2018**

CAROLINA CLEMENS

**O IMPACTO DA AIESEC COMO AGENTE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
PARA O DESENVOLVIMENTO**

Artigo apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dra. Andrea Pacheco Pacífico.

JOÃO PESSOA
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C625i Clemens, Carolina.

O impacto da AIESEC como agente da cooperação internacional para o desenvolvimento [manuscrito] : / Carolina Clemens. - 2018.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Cooperação internacional. 2. Cooperação internacional para o desenvolvimento. 3. AIESEC.

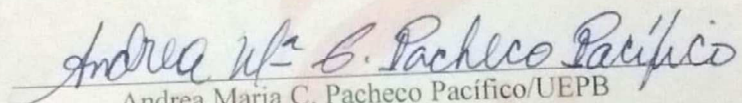
21. ed. CDD 327.17

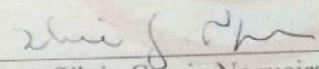
CAROLINA CLEMENS

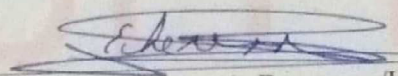
O IMPACTO DA AIESEC COMO AGENTE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 21, 06, 2018.


Andrea Maria C. Pacheco Pacifico/UEPB
Orientador(a)


Sílvia Garcia Nogueira/UEPB
Examinador(a)


Jacqueline Echeverria Barrancos/UEPB
Examinador(a)

À minha mãe, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Andrea Pacheco Pacífico, por ter aceitado me orientar e ter me guiado ao longo da pesquisa, sem ela não teria conseguido ir tão longe, obrigada pelo seu empenho.

À minha mãe por ter me fornecido a educação que me edificou como pessoa e por me garantir os recursos que me ajudaram a finalizar mais uma meta minha, que é a graduação.

Às professoras Silvia Garcia Nogueira, Jacqueline Echeverria Barrancos e professor Paulo Kuhlmann por terem me inspirado a pensar as Relações Internacionais de uma forma diferente.

A todos os membros voluntários da AIESEC, em especial aos do comitê em João Pessoa. Vocês são a razão pela qual eu escolhi pesquisar sobre o tema. O empenho de cada um no desenvolvimento da nossa cidade prova que a nossa geração pode causar muita mudança positiva a nível local, nacional e internacional. Obrigada pelas experiências que me formaram como jovem consciente do meu papel como cidadã do mundo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	10
3	DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O	15
	DESENVOLVIMENTO.....	
4	A AIESEC COMO AGENTE DA CID.....	18
5	CONCLUSÃO	25
	REFERÊNCIAS	27

O IMPACTO DA AIESEC COMO AGENTE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Carolina Clemens¹

RESUMO

Este artigo analisa a atuação da AIESEC como agente da CID. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica, por meio do estudo levantado no referencial teórico sobre cooperação internacional e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, assim como o estudo de caso da AIESEC. Com isso, foi possível perceber a contribuição das ONGs no meio internacional, resultante do desenvolvimento dos Estados. A AIESEC, como ator internacional, mostra o alcance do trabalho voluntário nas relações internacionais, visto que sua parceria com a ONU prova a dimensão que suas atividades atingiram. Foi visto como desafio a inconsistência dos estudos sobre a CID, particularmente seu conceito e características. Enfim, por meio de todo o estudo realizado foi possível confirmar que a AIESEC entra para a classificação de agente da CID e que pode ser considerada um ator importante no meio internacional.

Palavras-chave: cooperação internacional, CID, AIESEC

1 INTRODUÇÃO

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é considerada uma nova abordagem para o tema da cooperação nas relações internacionais. Em vista de recente estudo na Academia, faz-se necessário abordar o tema no contexto atual, visto que a globalização gera, a cada momento, novas interpretações das relações de poder e de seus atores.

Ayllón é um dos autores que se destaca na pesquisa sobre a CID, demonstrando esforços para conceituar o termo e aplicá-lo nas relações Sul-Sul das últimas décadas. Keohane, por sua vez, contribuiu com sua teoria sobre interdependência complexa com a ideia de que as relações internacionais não precisam ser analisadas apenas em função do Estado, demonstrando que a cooperação poderia tornar-se algo mais abrangente, incluindo novos atores nas RI, tais como as instituições.

1

De forma geral, a CID possui diversos atores que participam da sua realização; atores estes que atuam com funções distintas em prol do desenvolvimento e, boa parte delas, não dependente do Estado. Este é o caso das organizações não-governamentais (ONG), instituições criadas pela sociedade civil com o fim de suprir, por meio do trabalho da sociedade, alguma necessidade encontrada em seu meio.

Diante das mudanças ocorridas nas interações dos atores internacionais e da necessidade de explicação para sua atuação, importa analisar as contribuições relevantes das ONG nas RI. Levando em consideração o papel da AIESEC, maior ONG formada por jovens no mundo, para a sociedade internacional, a autora iniciou a pesquisa com um problema investigatório: Como a AIESEC impacta a comunidade internacional como agente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento?

A proposta da pesquisa foi abordar os atores não-governamentais como agentes da CID, a partir do conceito da palavra ator internacional apresentando o caso da AIESEC, suas ações e resultados nos últimos anos, a fim de reconhecer a contribuição que esses atores geram no âmbito das relações internacionais. A pesquisa apresenta a CID como uma alternativa útil aos estudos das RI e aplicável pela sociedade internacional.

Para a sociedade, esta pesquisa se faz relevante ao aproximar uma discussão de nível internacional para os níveis nacional e local, mostrando aos membros de uma ONG a conexão que os resultados de trabalho voluntário local geram no âmbito nacional e internacional. Aproximar esses três pólos nas Relações Internacionais não apenas tornará a disciplina mais acessível à comunidade não acadêmica, como também atrairá mais pesquisas e desenvolvimento para a temática da CID e do terceiro setor.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados levantamento bibliográfico, estudo de caso e relato de experiência.

Por fim, este artigo se estrutura em três tópicos, apresentando-se o conceito de cooperação internacional, a partir de Keohane, assim como o conceito de ator internacional a partir de Rezek, Pecequillo e Bull. Em seguida, aborda-se a CID, sua origem, conceitos e

seus agentes. Por fim, caracteriza-se o estudo de caso, qual seja, identificação da AIESEC, breve histórico e impacto causado resultante por suas atividades.

2 DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A razão primordial de se dedicar ao estudo da ciência das Relações Internacionais se deve ao caráter do conflito e sua implicação para a sobrevivência do ser humano. Como consequência, na forma de Estados, as sociedades iniciaram a busca pelo poder e pela preservação da segurança de seus territórios, encontrando na cooperação um meio de reunir forças em prol de um interesse em comum. A cooperação internacional é resultado dessa evolução das relações entre Estados e, posteriormente, de outros atores do meio internacional, tais como as organizações intergovernamentais e não-governamentais.

Segundo Kinoshita e Silva (2012), os primeiros relatos do que se considera cooperação internacional surgem da união de dois ou mais Estados com o objetivo de derrotar um inimigo em comum, tal como aconteceu na Guerra dos Cem Anos. Entretanto, as consequências desastrosas das duas grandes guerras (1914-8 e 1939-45) e as implicações da Guerra Fria no século XX exigiram do conceito de cooperação um novo significado, voltado agora para a busca pela paz e pelo desenvolvimento Estatal.

O conceito de cooperação, sob a perspectiva internacional, deve ser entendido como uma ação arquitetada pelos atores do sistema internacional (formado por Estados e outros atores internacionais) na forma de instituições; caracterizadas, estas, como conjuntos de práticas e expectativas que, por meio da cooperação, auxiliam o governo a alcançar seus interesses (KEOHANE, 1984, p. 246).

Estas instituições, para Keohane (1984), podem gerir o comportamento dos Estados na forma de regimes internacionais (normas, regras e procedimentos que definem a tomada de decisão dentro das expectativas dos atores em uma dado tema), assim como podem ser intermediadas por organizações que reúnem todos os atores interessados em alguma tomada de decisão. Estes atores são considerados agentes que afetam o comportamento de outros e o ambiente no qual estão inseridos, assim como acontece o processo inverso, como constata Keohane (p. 26):

[...] I believe that the behavior of states, as well as of other actors, is strongly affected by the constraints and incentives provided by the international environment. When the international system changes, so will incentives and behavior.²

Segundo Keohane (1989, p. 23), a cooperação é vista pelos políticos menos pelo seu fim em si mesmo do que como um meio para atingir diferentes objetivos. Em sua concepção, a cooperação é uma escolha de adaptação de comportamento dos Estados de acordo com os interesses de outros de forma que resulte na coordenação de políticas entre os dois.

Logo, cooperação internacional é um modo de coordenação de políticas por meio do qual os atores internacionais, o mais representativo deles sendo o Estado, adequam o seu comportamento ao que convém dos interesses e expectativas de outros atores.

A variedade no número de atores no sistema internacional proporciona maior poder de ação em diferentes frentes para os complexos problemas da sociedade de cada Estado e, por conseguinte, nas cooperações firmadas por eles. Por esse motivo, faz-se necessário conceitualizar e identificar os tipos de atores internacionais que fazem parte da cooperação internacional.

Como bem assegura Rezek (2011, p.42), ator internacional é aquele ente capaz de atuar no sistema internacional, de forma jurídica ou não. Para ele, o ator internacional pode possuir personalidade jurídica, o que lhe concede o direito de firmar tratados, como acontece com os Estados e as organizações internacionais intergovernamentais, porém empresas e indivíduos não possuem essa competência, mesmo que sua influência seja significativa.

Segundo Pecequillo (2004, p.21), os atores promovem transformações no ambiente internacional, por meio de suas ações e interações. Estes atores podem ser divididos em atores estatais, como os Estados e as organizações intergovernamentais, e em atores não-estatais, tais como as organizações não-governamentais e as forças transnacionais (empresas privadas). A autora (2004) deixa claro que o surgimento desses novos atores evoluíram de acordo com as

² “[...] eu acredito que o comportamento dos estados, assim como de outros atores, é fortemente afetado pelas restrições e incentivos proporcionados pelo ambiente internacional. Quando o sistema internacional muda, o mesmo acontece com os incentivos e o comportamento” (tradução nossa).

necessidades de cada contexto histórico e da sociedade e, por este motivo, suas funções se distribuíram de acordo com o surgimento de novas demandas do sistema internacional.

Ora, o termo ator internacional pode ser aplicado em toda área em que interesses entre diferentes entidades envolvam sujeitos de ação internacional. É importante entender a influência que um ator pode ter sobre outro, podendo ser negativa ou positiva, levando-se em conta os interesses dos Estados, das organizações intergovernamentais, das ONG ou empresas privadas. É possível confirmar essa afirmação a partir da análise do impacto que as organizações não-governamentais possuem na sociedade civil, como se verá adiante.

Desse modo, pode-se verificar que dentro da cooperação internacional, os atores podem tanto ser agentes de influência, como também podem ser passíveis de influência dos outros. Tomando como análise os primeiros relatos de cooperação internacional, as atuações dos atores era entendida por meio da balança de poder, teoria na qual Waltz (1979, p.11) declara que existem duas premissas que justificam o comportamento dos Estados pela busca de poder e sobrevivência: uma que determina esforços internos, tais como investimento na economia e força militar; e outra que determina esforços externos, representados pelo fortalecimento de alianças para enfraquecer o inimigo, ou seja, a realização de cooperações.

Por outro lado, conforme explicado anteriormente, a gama de atores internacionais não se restringe apenas aos Estados, mas também a outros grupos de atores. Seguindo a linha de pensamento da teoria de interdependência de Keohane, não somente os Estados devem ser entendidos como atores do sistema, mas também as instituições internacionais e o indivíduo.

Keohane (1984, p. 72) declara que mesmo que a distribuição de poder, tão evidenciada pelos realistas, seja importante, assim como a divisão de riquezas, vale salientar que a atividade humana, em nível internacional produz significantes efeitos, assim como os regimes internacionais determinados por princípios, normas, regras e processos de decisão criados pelos Estados em coletivo (KRASNER, 1982, p. 93).

A teoria da interdependência complexa (KEOHANE, 1989) pode ser compreendida como uma resposta à insuficiência que o realismo tem para com a evolução das relações internacionais no mundo do século XX e o crescimento da interdependência entre diferentes

atores, gerando como consequência a cooperação. Segundo Ramos (2006, p.21) as principais características da teoria podem ser compreendidas como

- i) Múltiplos canais que conectam as sociedades, incluindo laços informais entre elites governamentais e não-governamentais e arranjos formais entre chancelarias e organizações transnacionais [...]
- ii) ausência de hierarquia entre assuntos da agenda das relações entre os Estados [...]
- iii) Não utilização da força militar por parte dos governos nas regiões e assuntos em que prevalecem a interdependência complexa.

Desse modo, o Estado começa a ser visto não mais como um ator unitário, mas sim, composto de indivíduos, grupos de interesse e normas. Os canais que conectam as sociedade, conforme citado, são representados agora na ordem internacional por atores que podem constringer as escolhas dos Estados, e como bem afirma a autora, também ampliam a agenda internacional para outras temas além da preservação da segurança.

Nesse sentido, organizações, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), *World Trade Organization* (WTO), e tratados, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (1947) e o Protocolo de Kyoto (1997), são exemplos de como atores e instituições do sistema internacional podem influenciar na tomada de decisão dos Estados, sendo resultado de cooperação internacional (ARINS, 2013, p. 5).

A fim de reforçar a ideia de interdependência e sua influência na cooperação internacional, buscar-se-á Bull (1977, p. 19), que conceitua sociedade internacional como um grupo de Estados que compartilham valores e interesses similares e que estão interligados por meio de regras e instituições em comum, ou seja, ele reafirma a presença das instituições como parte do que conecta um Estado ao outro. O autor enfatiza os desafios que a sistema internacional protagonizada pelos Estados enfrenta para garantir a soberania destes na ordem política mundial, em vista do surgimento de atores “supra-estatais”, como a ONU e suas intervenções nos conflitos do século XX; atores “sub-estatais”, que atuam na política mundial dentro de um Estado; e finalmente os atores “trans-estatais”, ou transnacionais, que atuam além das fronteiras dos estados (p.23).

Ou seja, assim como as instituições internacionais e organizações intergovernamentais, as ONG possuem papel importante no constrangimento do comportamento dos Estados. Segundo Arins (2013, p.9), as instituições internacionais não são vistas apenas nos contratos internacionais, mas também são criadas pela sociedade civil. Elas podem ser exemplificadas pelos movimentos políticos, como a primavera árabe (p.9) como também podem ser vistas na forma de grupos civis que se empenham na solução de problemas sociais, ambientais e econômicos, em nível local, regional e internacional.

De acordo com Villa (1999, p.25), ao longo de sua discussão sobre a influência das ONG na política internacional, “a inserção dos atores não-governamentais nos processos transnacionais define as formas porque os atores exprimem maneiras concretas de interdependência entre os atores supranacionais e os outros planos da sociedade internacional.”

Segundo Villa, essas influências podem ser quantitativas e qualitativas, permeadas pela cooperação. Quantitativamente, tem havido grande participação de representantes de ONG em conferências globais, por exemplo: Entre os anos de 1995 e 2002, 11.921 delegados de organizações não governamentais (ONG) participaram de seis conferências sociais globais executadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e das seis conferências da Organização Mundial do Comércio (OMC) (VAZ DA SILVA, 2011, p. 28). Outras conferências que contaram com massiva presença das ONG foram a ECO-92, com 1400 organizações, e a Conferência de Estocolmo, com 250 (MIRANDA, 2014).

Um exemplo qualitativo sobre a inserção das ONG no meio internacional pode ser visto na atuação da *Techo*, ONG surgida no Chile em 1977 e formada por jovens que buscavam soluções para moradores de assentamentos; uma iniciativa que, posteriormente, se espalhou para outros países da América do Sul (KAWATA, 2016, p. 30). Em face da necessidade de políticas públicas para as comunidades que sofreram algum tipo de tragédia natural, como ocorrido no Peru e El Salvador e seus respectivos terremotos em 2001 (BID, 2010), a *Techo* se inseriu como responsável por suprir uma obrigação do Estado em fornecer habitação e segurança para a população afetada por estes fenômenos.

Em suma, a cooperação internacional evoluiu consideravelmente no campo das relações internacionais. Ademais, a cooperação internacional serve para que determinados atores internacionais possam constranger ou reforçar o comportamento de outros, a depender da sua função no sistema internacional, sendo ela um meio pelo qual os Estados, instituições e organizações (governamentais e não-governamentais) buscam atingir seus interesses. Ainda, a cooperação internacional também existe para promover o desenvolvimento mútuo entre seus participantes, fugindo da lógica realista de balança de poder. Esta nova abordagem sobre cooperação passou a ser conhecida como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

3 DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID)

Uma nova ramificação da cooperação internacional surge, após as duas grandes guerras mundiais, seguindo a lógica do desenvolvimento mútuo entre os seus atores e não mais o conflito somente. As ciências sociais se voltaram para o estudo desse fenômeno com o objetivo de analisar o entorno da cooperação internacional voltada para o desenvolvimento, abordando causas, interesses, motivações, resultados e, principalmente, o impacto que esse novo tipo de associação causaria no sistema internacional.

O histórico do primeiro ato considerado como assistência para o desenvolvimento começa com o Plano Marshall, em 1947, criado pelos Estados Unidos no mandato Harry S. Truman (1954–1953) □no pós Segunda-Guerra Mundial, que tinha como proposta oferecer apoio à reconstrução econômica dos países afetados pela guerra (MELLO E SOUZA, 2011, p.11).

O primeiro ano do Plano Marshall foi dedicado a beneficiar países que eram ameaçados pela expansão do comunismo. A assistência para o desenvolvimento, exemplificada pelo Ato para o Desenvolvimento Internacional, aprovada pelo congresso americano em 1950, proporcionou a países como Coreia do Sul e Taiwan o recebimento de recursos dos Estados Unidos em 1995. O crescimento da assistência para o desenvolvimento nos países da Europa, Ásia e América Latina perseguiram os interesses do Plano Marshall voltados à preservação da segurança estatal e à expansão do comércio, mascarados pelo

cumprimento do dever moral com a humanidade que os Estados Unidos tentavam apresentar ao mundo, discurso fortalecido no mandato de Kennedy na década de 1960 (MARTINUSSEN, PEDERSEN, 1999, p. 8).

A expansão do plano para a América Latina serviu como tentativa de gerar desenvolvimento nos países considerados de Terceiro Mundo, visto que estes ainda não haviam atingido o ápice do capitalismo por meio de seu aparato industrial e, portanto, sendo entendidas como nações que não haviam libertado-se da pobreza.

A partir desse período, apesar de serem contraditórias as intenções de cooperação do Plano Marshall, surge uma nova modalidade de cooperação voltada para o desenvolvimento, considerada a alternativa dentro do contexto do pós guerra, tanto para aqueles Estados prejudicados pelas consequências dela, quanto para os que promoveram o conflito e precisavam melhorar sua imagem no sistema internacional. Assim, surge a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) que, segundo Bruno Ayllón (2006) é um:

conjunto de atuações de caráter internacional realizadas pelos atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de renda, para promover o progresso econômico e social dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), e conseguir um progresso mais justo e equilibrado no mundo, com o objetivo de construir um planeta mais seguro e pacífico.

As vertentes do pensamento que caracterizam a CID e seu histórico perpassam, em seu início, pelo debate sobre as intenções do Estados em unir forças contra o surgimento de um conflito armado e em prol de seu próprio crescimento e destaque no meio internacional, visto que o contexto de destruição do pós guerra gerou a necessidade, nos Estados, de apresentar ao mundo uma imagem de governos que cooperam não apenas mais pelo conflito e busca de poder, mas também por motivos morais e humanitários.

Deve-se salientar que o papel da CID evoluiu ao longo da história como um conceito de estratégia de preservação da segurança e expansão do comércio para um meio de abordar novos temas contemporâneos de preocupação internacional, tais como preservação do meio ambiente, expansão da migração internacional, tráfico de narcóticos, contração de epidemias e terrorismo (MARTINUSSEN, PEDERSEN, 1999, p. 9).

Em outras palavras, a origem da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, segundo Mello e Souza (2014), teve como base as necessidades de investimentos externos pelos países descolonizados e dependentes economicamente no pós guerra, de modo a requerer a ação de instituições que realizam esses investimentos, tais como a OCDE (Cooperação para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o CAD (Comitê de Assistência ao Desenvolvimento). As mudanças ocorridas na CID tornaram a relação entre doadores e receptores inerentes à divisão de papéis de cada um e à atuação apenas do Estado, agregando agora atores não-governamentais nessas relações, tais como organizações privadas e instituições filantrópicas, tal como a AIESEC, a ser analisada adiante.

De acordo com Aristizábal (2010), a história da CID é dividida em cinco fases:

1) Décadas de 50 e 60: período marcado pelo entre guerras (1919-39) que resulta na institucionalização da cooperação internacional e na criação das teorias econômicas desenvolvimentistas e de dependência;

2) Década de 70: período em a crise do petróleo assola a política de agenda ao desenvolvimento dos países Norte e Sul;

3) Década de 80: período em que a dívida externa exige a criação de planos de ajuste estrutural, por isso a ajuda ao desenvolvimento não gerou muitos resultados;

4) Década de 90 e início do século XXI: período em que o debate sobre a cooperação para o desenvolvimento ganha força devido ao fim da Guerra Fria, ao fenômeno da globalização e à propagação de teorias sobre desenvolvimento humano pelas Nações Unidas, ao levantar o tema da pobreza nas conferências internacionais, materializando esse e outros assuntos na criação dos Objetivos do Milênio de 2000; e

5) Atualidade: período marcado pelas tentativas de conciliação de Estados quanto às migrações internacionais e segurança.

Assim, chega-se à complexidade da conceitualização de CID, dado que o termo passou a agregar também as ações de assistência, diferindo da noção de cooperação na qual os envolvidos buscam benefícios mútuos (SOUZA, 2014, p.12).

Conforme descrito acima, ações, acordos, parcerias e projetos voltados para o desenvolvimento de um país, podendo ser realizados na forma de empréstimos financeiros, investimentos em recursos e infraestrutura, projetos sociais e missões humanitárias, apoio militar, exportação de serviços entre outros, não possuem classificação distinta do que se poderia entender por CID e, por este motivo, os atores envolvidos nestas ações também não se restringiriam a um grupo.

Nesse sentido, os agentes da CID, em vista da atual inconsistência sobre seu conceito e lógica de funcionamento, da mesma forma, compreende atores com diferentes funções e naturezas diversas no sistema internacional. Os recursos utilizados para a CID não apenas partem dos agentes públicos (Estado e organizações intergovernamentais), como também partem das intenções de grupos da sociedade civil, tais como empresas, fundações filantrópicas, indivíduos e organizações não-governamentais (AYLLÓN, 2004 p. 142). Em se tratando de ONG, assim como acontece nas relações entre Estados, atores parte do terceiro setor investem no desenvolvimento de suas sociedades, utilizando-se da cooperação com outras organizações e instituições internacionais a fim de que acordos sejam postos em prática para ambos os lados, tal como é o caso da AIESEC.

4 DA AIESEC COMO AGENTE DA CID

Considerada como ator internacional com base nos conceitos apresentados na primeira seção deste artigo, a AIESEC (*Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales*)³ é uma ONG que entra para o grupo de agentes do terceiro setor com a função de suprir as necessidades de grupos da sociedade em relação a desenvolvimento local de vários países.

Historicamente, a AIESEC surgiu da união de sete estudantes universitários de diferentes países da Europa que idealizaram uma organização que promovesse intercâmbios acadêmicos dos curso de ciências econômicas e comerciais, visando diminuir a intolerância entre as nacionalidades e promover as relações entre jovens universitários. Na década de 70,

³ Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Sociais (tradução nossa)

ela expandiu seus comitês para 50 países, espalhados nos seis continentes, período no qual o propósito do intercâmbio começou a passar por mudanças, deixando de um intercâmbio apenas com fins acadêmicos para ser entendido como um intercâmbio de troca cultural (AIESEC, 2018)□. Devido a essa mudança, a AIESEC tornou o intercâmbio acessível a universitários de todas as áreas acadêmicas□, passando a oferecer a experiência de desenvolvimento pessoal e profissional do jovem por meio do trabalho voluntário em países em desenvolvimento. (AIESEC, 2018)

Partindo do *why* da organização, que é o desenvolvimento da liderança jovem no mundo, identifica-se em seus programas de intercâmbio e respectivos projetos voluntários a contribuição que eles geram para o desenvolvimento local de uma comunidade que passa por falta de recursos em alguma área. □Sabendo da necessidade de cooperação entre os comitês e outras instituições de vários países para a realização de seus projetos, a AIESEC pode ser classificada, de acordo com Paula e Alves , como agente de cooperação não-governamental, visto que é “posta em prática por entidades não estatais, abrangendo um vasto universo de agentes, o qual abarca sindicatos, associações de classe, empresas, organizações não-governamentais (ONGs) (2001 apud Dutra e Silva (2014, p. 61). Nos enquadramentos da CID, e de acordo com a classificação da quinta geração de ONG de Llanos e Calabuig (2010 apud PINO, 2014, p. 147), a AIESEC possui as características da quinta geração de ONG, conceituada a partir da preocupação com a governança global para o desenvolvimento, a qual se utiliza dos seus projetos e formação humana para atingir esse objetivo. As ONGs desta geração tratam a falta do desenvolvimento por conta da estrutura falha de governança mundial.

A AIESEC é uma organização não governamental, com sede em 126 países, formada por mais de 40 mil voluntários universitários ou pós-graduados, contando com cerca de oito mil parceiros locais, nacionais e internacionais (AIESEC, 2018), visando o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens por meio do intercâmbio voluntário e profissional.

Ainda, a AIESEC facilita promover o desenvolvimento das potencialidades humanas e buscar a paz mundial. Nesse sentido, sua missão se baseia em aproximar povos de diferentes

nacionalidades, por meio da troca de experiências no intercâmbio, e em desenvolver um instinto de liderança no jovem em prol dos problemas globais. Conforme o *website* oficial da AIESEC Brazil (2018), ela se identifica como:

[...] um movimento de liderança jovem. Nossa missão é alcançar a paz mundial e o total preenchimento das potencialidades humanas. Nossa visão é a de que devemos ser acessíveis a todos e em todos os lugares, crescer disruptivamente e moldar o que fazemos às necessidades do mundo.

Dessa forma, nota-se a AIESEC como uma organização que busca um maior alcance internacional por meio do aumento do número de comitês nacionais locais. Evidentemente, sua função é proporcionar o desenvolvimento humano por meio do trabalho voluntário. Para isso, ela se organiza hierarquicamente em comitês locais, nacionais e um internacional, com direcionamentos para o atingimento de metas, criação de projetos, gestão de pessoas e áreas estratégicas e operacionais criadas pela AI (AIESEC Internacional) e repassadas para o grupo de diretores nacionais a fim de que estes adaptem os direcionamentos à realidade de seus países e, por fim, repassem para os comitês executivos locais (AIESEC, 2018).

Cita-se, como exemplo o lançamento da visão 2020, fundamentada em três metas: 1) adaptar as ações e os projetos da AIESEC de acordo com as necessidades do mundo; 2) crescer disruptivamente; e 3) ser acessível para todos e em qualquer lugar. Após o surgimento desta macroestratégia, os comitês nacionais e locais iniciaram a criação de um novo plano estratégico para a realização destas metas, tomando como ações projetos de intercâmbios voltados para o cumprimento das 17 metas do milênio, o aumento do número tanto de membros quanto de intercambistas e a inserção de novas tecnologias para tornar mais fácil a pesquisa do intercâmbio para comunidades que ainda não possuíam acesso aos escritórios locais. (AIESEC, 2018).

Com fins de exemplificar a representatividade que a AIESEC possui no meio internacional é necessário comentar sobre sua parceria com a ONU, firmada em 2015. Nos dias 9, 10 e 11 de dezembro de 2015, foi realizado o *Youth Action Summit*, em Nova York, conferência idealizada pela AIESEC e organizada em parceria com o *General's Envoy Youth*

da ONU, escritório que faz parte do secretariado das Nações Unidas e que apoia iniciativas e parcerias relacionadas à agenda da organização em prol de direitos, empoderamento e liderança dos jovens nos níveis local, nacional e global (UNITED NATIONS, 2015).

O evento teve como objetivo reunir organizações jovens e empresas para se comprometerem com as 17 metas do milênio, ou *Sustainable Development Goals* (SDG) servindo como plataforma para conectar diversos setores a pensar em maneiras de, juntos, alcançarem as metas. A AIESEC alinhou sua estratégia global para 2020 de implementar intercâmbios com projetos voltados para o cumprimento de cada meta.

Em cooperação com a ONU, ela se comprometeu a implementar, no seu portfólio, projetos ligados à promoção de qualidade na educação infantil, crescimento econômico, preservação da vida marinha, conscientização sobre a igualdade de gênero, redução da pobreza e outros temas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Este comprometimento foi firmado por meio de relatório assinado pelo secretário Ahmad Alhendawi, que esteve presente na conferência (UNITED NATIONS, 2015).

A agenda da conferência foi criada com o fim de promover a reflexão sobre o progresso, as mudanças e os aprendizados ocorridos no mundo, apresentar *insights* de projetos que geram impacto nas metas do milênio e, por fim, a criar soluções práticas para o cumprimento da agenda 2030.

O comprometimento da AIESEC, por sua vez, pode ser visto no atual portfólio de projetos ofertados em seu site de oportunidades, como visto a seguir:

- World in the City – Language Teaching Summer

Meta 4: Educação de qualidade

Local: Osijek, Croácia

“Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com competências relevantes, incluindo competências técnicas e profissionais, para o emprego, o emprego decente eo espírito empresarial

O projeto reúne jovens de diferentes países para ensinar sua língua à população local. Durante 6 semanas, os voluntários têm a chance de não apenas ensinar, mas também de apresentar sua cultura e costumes aos participantes do projeto.” (AIESEC, 2018)

- Marketing and Fundraising Project

Meta 17: Parcerias em prol das metas

Local: Katlehong – África do Sul

“Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

O voluntário será responsável por organizar e administrar as atividades de arrecadação de fundos, além de gerenciar e expandir o alcance da mídia social da ONG, a fim de ajudar e proporcionar melhores condições para as crianças da comunidade.” (AIESEC, 2018)

- Care for disabled- opportunity in Hungary

Meta 3: Saúde e bem-estar

Local: Mezőberény, Hungary

“Descrição e atividades: Alcançar a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção dos riscos financeiros, o acesso a serviços essenciais de cuidados de saúde de qualidade eo acesso a medicamentos essenciais e vacinas seguros, eficazes, de qualidade e acessíveis para todos. □

O voluntário será responsável por ajudar pessoas com deficiência na Associação Mécses, uma organização católica que tenta facilitar a vida daqueles que não podem viver uma vida mediana.” (AIESEC, 2018)

Como visto nos exemplos acima, todos os projetos sociais voluntários ofertados no site oficial da organização estão ligados a uma meta do milênio. Esta iniciativa garante que os intercambistas busquem conteúdo sobre a meta do projeto escolhido e atuem no alcance de seus resultados. Ao lado disso, os *stake-holders* do intercâmbio, ou seja, as partes que contribuem para a realização do mesmo, tais como as *Host Families* (famílias que hospedam os intercambistas), os locais de trabalho (ONG, comunidades sociais, escolas, institutos) e os próprios membros da AIESEC, também são levados a conhecer as metas do milênio, o que gera uma cadeia de grande impacto na divulgação das SDG.

A fim de descrever como o intercâmbio da AIESEC pode gerar resultados no local em que é realizado, toma-se por depoimento a experiência desta autora ao realizar um projeto social em Assunção, no Paraguai, em 2017, como também o período em que foi membro voluntária do comitê da AIESEC, em João Pessoa, entre 2013 e 2015.

Em primeiro, projeto desenvolvido durante mo intercâmbio de seis semanas em Assunção ainda existe no portfólio da AIESEC. Nomeado *Impacta Hoy*, o projeto é baseado na SDG 8 (Empregos Dignos e Crescimento Econômico), com o objetivo de reunir uma equipe de jovens com experiência em gestão de projetos para trabalhar em escolas ou ONG a fim de promover o instinto empreendedor nos jovens. Trabalhando com uma estudante venezuelana e outra boliviana, foi organizado um *workshop* gratuito destinado a interessados sobre o tema empreendedorismo, após a conclusão de que o tema poderia ser visto como uma das soluções para o desemprego de uma sociedade. Os resultados do projeto foram a participação de doze alunos e duas parcerias, com uma escola de idiomas e a secretaria de educação da capital como patrocinadores do projeto e intermediadores na sua divulgação *online*.

Apesar do alcance ter sido pequeno em número, o êxito foi ter promovido a todos àqueles envolvidos no projeto a reflexão sobre a situação econômica e social do Paraguai e gerar a oportunidade de acesso a um conteúdo como o empreendedorismo. A necessidade desse projeto se deve aos dados recolhidos durante o intercâmbio sobre o país. Números apontados pelo relatório de 2015 da UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) mostram que 72% dos jovens paraguaios que trabalham estão em empregos informais, enquanto que a cifra de 12% atinge o desemprego do mesmo grupo (UNFPA, 2015).

Em segundo, como membro da AIESEC, em João Pessoa, a autora teve a oportunidade de gerir um projeto, em 2014, com oito intercambistas de diferentes países, com o fim de organizar a estrutura do intercâmbio de cada um e proporcionar o trabalho voluntário deles nas ONG de João Pessoa. O projeto gerenciado pela autora se chamava *Smarketing* e tinha o objetivo de levar jovens universitários para desenvolver o marketing interno e externo de ONG da cidade, a fim de melhorar a divulgação de seus serviços e angariar recursos para elas.

Desse modo, atingiram-se quatro ONG (Aldeia SOS, Missão Restauração, Casa Shalom e Epopeia), as quais foram beneficiadas com eventos de arrecadação de recursos organizados pelos intercambistas, criação de material gráfico para suas mídias e consultoria de plano para a comunicação interna da ONG. Os resultados foram bem significativos para os *stake-holders*, visto que conseguiu-se entregar a proposta do projeto em termos materiais (material gráfico para as mídias e arrecadação de recursos por meio de eventos sociais) e no âmbito do conhecimento para as equipes de funcionários das ONG por meio das consultorias dadas pelos intercambistas, que são capacitações e treinamentos sobre conhecimentos relacionados ao marketing. □

O impacto dos intercâmbios da AIESEC, portanto, através destas experiências resultou na sua representatividade no meio internacional, como seu reconhecimento como organização com papel consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), uma parceria formalizada que permite que a organização plena participação em eventos e discussões relacionadas ao movimento jovem. Ao lado disso, a AIESEC é afiliada ao Departamento de Informação Pública da ONU (DPI), é membro do *ICMYO* (Encontro Internacional de Coordenação de Organizações da Juventude) e é reconhecida pela UNESCO (YOUTH 4 GLOBAL GOALS, 2018)

Diante da extensão do trabalho da AIESEC no meio internacional e da promoção do desenvolvimento que ocorre em seus membros e em comunidades locais nas diversas partes do mundo, pode-se considerar esta Organização como um agente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, devido, principalmente, à sua atuação junto à ONU no alcance das 17 metas do milênio, as quais podem ser citadas a) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (meta 1); b) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (meta 5); c) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis (meta 12); d) Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (meta 14). □ Esta parceria é resultado de uma parceria internacional que direciona comitês em mais de 120 países a promoverem, atualmente, o intercâmbio voluntário voltado para a agenda sustentável de 2030. Além disso, caracteriza-se

também cooperação pela AIESEC as parcerias que ela possui com empresas multinacionais, tais como Nike, Apple e PWD (Print Working Directory), que atuam como patrocinadoras de conferências internacionais e projetos estratégicos da AIESEC Internacional (AIESEC, 2018)

Por meio do voluntariado internacional e visto que sua história marca uma evolução quanto a expansão de seus comitês e caráter de suas parcerias internacionais, pode-se considerar a AIESEC como um agente importante da CID, pois promove ações diretas nas sociedades em que atua. Por fim, seus comitês espalhados em mais de 120 países torna o seu raio de impacto e influência significativo para a sociedade internacional e determina sua importância para o desenvolvimento internacional.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa possibilitou uma análise do modo como a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento está sendo aplicada pelas organizações não-governamentais (ONG), tendo-se refletido acerca dos resultados positivos que elas podem causar diante da ineficiência do Estado nos problemas da sua sociedade. Além disso, também permitiu verificar como a cooperação internacional evoluiu teoricamente no campo de estudo das Relações Internacionais, gerando um novo entendimento sobre as relações entre seus diversos atores.

De um modo geral, a análise sobre a AIESEC demonstra que seu reconhecimento como agente da CID justifica-se por sua atuação e alcance internacional, a por seus comitês espalhados em mais de 120 países, por ser considerada a maior organização liderada por jovens no mundo e também por sua iniciativa em criar um precedente, qual seja, uma cooperação formal junto à ONU para o alcance das 17 metas do milênio. Como ator internacional, a AIESEC é agente direto no desenvolvimento dos locais onde seus projetos de intercâmbio ocorrem, visto que o trabalho voluntário é direcionado para a solução de problemas sociais, econômicos e culturais locais, mesmo que com consequências regionais ou até globais.

Diante da classificação da AIESEC como ator internacional e por sua atuação como ator de cooperação com uma organização internacional, como a ONU, em prol do desenvolvimento, ficou evidente que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

A teoria da interdependência complexa de Keohane demonstrou como a cooperação internacional é marcada por instituições que, formadas por diferentes atores, podem constranger o comportamento dos Estados e, assim, tornar as relações internacionais mais plurais e abrangentes quanto aos assuntos discutidos pelo Estado.

O período após as duas grandes guerras gerou a necessidade, nas relações internacionais, da evolução da compreensão sobre os fins da cooperação internacional, visto que o desenvolvimento do Estado passou a ser encarado como prioridade dentro do contexto de catástrofe do pós guerra. Desse modo, a CID surgiu como uma forma de abarcar todas as formas de cooperação entre Estados e também entre outros atores internacionais que visassem o desenvolvimento de um deles ou desenvolvimento mútuo, nos problemas não assistidos, de alguma forma, pelo Estado.

Dessa maneira, a AIESEC se mostrou uma organização que se adequa como ator internacional ativo dentro da cooperação internacional, comprovada pela parceria firmada com a ONU, em 2015, no *Youth Action Summit*, e como agente da CID, pois sua rede de organizações e *stake-holders*, abarcam cooperações com multinacionais e organizações estudantis.

Dada à importância do tema, torna-se necessário maiores estudos sobre a atuação de ONG nas relações internacionais e seu reconhecimento, devidamente, na disciplina. Além disso, pesquisadores precisam amadurecer o conceito da CID para ganhar mais credibilidade no meio internacional, visto que ela é fator importante no desenvolvimento da sociedade global.

Enfim, por meio do estudo realizado, conclui-se que a AIESEC se configura como ator nas Relações Internacionais, caracterizando-se como ONG internacional, exercendo função na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento por conta de suas contribuições para o desenvolvimento social nas comunidades em que seus projetos atuam. Por fim, a parceria

entre AIESEC e ONU configura uma relação de cooperação internacional pelo compromisso com a governança mundial assim como para a CID.

THE IMPACT OF AIESEC AS AN AGENT OF INTERNATIONAL COOPERATION FOR DEVELOPMENT

ABSTRACT

This article analyzes the performance of AIESEC as a CID agent. For this purpose, a bibliographical research was used, through a study based on the theoretical reference on international cooperation and International Cooperation for Development, as well as the case study of AIESEC. With this, it was possible to perceive the contribution of the NGOs in the international environment, resulting from the development of the States. AIESEC, as an international actor, shows the scope of voluntary work in international relations, since its partnership with the UN proves the scale of its activities. The inconsistency of CID studies, particularly its concept and characteristics, was seen as a challenge. Finally, through all the study carried out, it was possible to confirm that AIESEC enters the classification of agent of the ICD and that it can be considered an important actor in the international environment.

Keywords: international cooperation. ICD. AIESEC.

REFERÊNCIAS

AIESEC. Disponível em: <https://aiesec.org/> Acesso em 20 de maio de 2018.

ARINS, Marcel. **Instituições: Um Epifenômeno dos Estados?** Artigo (Pós-graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4034724/Institui%C3%A7%C3%B5es_um_epifen%C3%B4meno_dos_Estados?auto=download Acesso em 27 de maio de 2018.

ARISTIZÁBAL, B. Alejandra. El Sistema de la Cooperación Internacional al Desarrollo. Evolución Histórica y Retos Actuales. In: **La Cooperación Internacional para el Desarrollo. Cuadernos de Cooperación Internacional al Desarrollo**. Núm. 1. Valencia, 2010. Disponível em: <<http://www.upv.es/upl/U0566378.pdf>> Acesso em: 26 de abril de 2017

AYLLÓN, Bruno. **Atores Não Governamentais**. In: Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento / organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p. : il., gráfs. color. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf> Acesso em: 26 de abril de 2017

_____. AYLLÓN, Bruno. **O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas**. Revista de Economia e Relações Internacionais / Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado. - Vol. 5, n. 8 (2006) - São Paulo: FEC-FAAP, 2005 Disponível em: http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf Acesso em 27 de maio de 2018.

AXELROD, Robert; KEOHANE, O. Robert. **Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions**. World Politics, vol. 38, n.1, 1985.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília, Ed. da UnB/ IPRI, 2002. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/al000229.pdf> Acesso em: 27 de maio de 2018.

DUTRA E SILVA, Sandra. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sob uma Nova Perspectiva**, 2011. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/viewFile/187/162>> Acesso em: 26 de abril de 2017

KAWATA, C. Ligia. **Voluntariado e Participação Política: o caso da ONG Teto**. Dissertação (Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo, 2015.

KEOHANE, Robert. O. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton, Princeton University Press, 1984.

_____. **International Institutions and State Power: essays in international relations theory**. Boulder : Westview Press, 1989.

KEOHANE, Robert O, NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 3. ed. Library of Congress, Estados Unidos, 1941.

KRASNER, D. Stephen. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes como Variáveis Intervenientes. **Rev. Sociologia Política.**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012

KRAYCHETE, S. Elsa. **Desenvolvimento e Cooperação Internacional.** Cad. CRH vol.25 no.65 Salvador May/Aug. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200001> Acesso em: 28 de abril de 2017.

MARTINUSSEN, J.; PEDERSEN, P. **Aid: Understanding International Development Cooperation.** 1. ed. Londres: Zed Books, 2003.

MELLO E SOUZA, André. Bruno. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. In: **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento** / organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p. : il., gráfs. color. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf> Acesso em: 26 de abril de 2017

MIRANDA, T. Ângelo. **Desenvolvimento sustentável: Conferências da ONU,** 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/desenvolvimento-sustentavel-3-conferencias-da-onu.htm?tipo=0#fotoNav=5>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates.** São Paulo: Elsevier - Campus, 2005.

NYE, Joseph S. Jr. **Cooperação e conflito nas relações internacionais.** São Paulo: Editora Gente, 2010.

PECEQUILO, S. Cristina. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

RAMOS, O. Bárbara. **A Cooperação Internacional e os Debates Teóricos: Um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil.** Dissertação (Pós-graduação em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, 2006.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar.** 13. ed.– Saraiva: São Paulo, 2011.

SILVA, M. Willian; KINOSHITA, Fernando. A cooperação internacional para o desenvolvimento como proposta para a construção da paz mundial. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12380>. Acesso em 28 de abril de 2017.

UNITED NATIONS, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/youthenvoy/2015/12/aiesec-commitment-towards-the-global-goals-for-sustainable-development/> Acesso em 20 de maio de 2018.

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. **Paraguay Joven: Informe sobre juventud**. 1. ed. Assunção, 2016. Disponível em: <http://www.unfpa.org.py/download/Informe%20Juventud%20COMPLETO%20FINAL.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2018.

VALZ DA SILVA, Vânia. A Participação de Organizações Não Governamentais Brasileiras nas Conferências da Organização das Nações Unidas (1992-1996) e da Organização Mundial do Comércio (1996-2005) e a Sociedade Civil Global. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v. 11 - n. 20 - 1º sem. 2011 - p. 27 a 42 - ISSN 1679-348. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/download/7598/5611> Acesso em: 28 de maio de 2018

VILLA, D. Rafael. Formas de Influência das Ongs na Política Internacional Contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**. nº 12: 21-33 JUN. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a02> Acesso em 27 de maio de 2018.

WALTZ, N. Kenneth. **Theory of International Politics**. 1. ed. Waveland Press, 2010.

YOUTH 4 GLOBAL GOALS. Disponível em: <https://youth4globalgoals.org/> Acesso em 20 de maio de 2018.

